



ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 DE JUNHO DE 2022

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2022

Índice

Relatório da Administração	02
Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	04
Balancos patrimoniais.....	08
Demonstrações dos resultados e outros resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.....	14

Icatu Capitalização S.A.

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) da Icatu Capitalização S.A. (Companhia), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas notas explicativas e dos relatórios dos auditores independentes. Nessas Demonstrações, a Icatu Capitalização S.A. é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas.

2. Desempenho das operações de capitalização

Durante o primeiro semestre de 2022, a arrecadação da Companhia foi de R\$ 903.807 (R\$ 813.988 no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 11,03% na arrecadação. As receitas líquidas da Companhia foram de R\$ 177.625 (R\$ 144.233 no mesmo período do ano anterior). O resultado de sorteios representa R\$ 41.072 (R\$ 32.369 no mesmo período do ano anterior), aumento de 26,89% e o custo de aquisição foi de R\$ 72.728 (R\$ 47.565 no mesmo período do ano anterior), representando 8,05% da arrecadação (5,84% no mesmo período do ano anterior)

Em 30 de junho de 2022, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 2.687.905 (R\$ 2.581.467 em 31 de dezembro de 2021), representando um aumento de 4,12% no período. O patrimônio líquido, em 30 de junho de 2022, atingiu o montante de R\$ 227.679 (R\$ 205.594 em 31 de dezembro de 2021), representando um aumento de 10,74% no período.

3. Despesas administrativas

Durante o ano de 2022, as despesas administrativas ocorridas foram de R\$ 103.375 (R\$ 83.354 no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 24,01% no período, principalmente, em função de investimentos em projetos importantes de inovação, como a implantação de um novo sistema financeiro integrado, o Sistema de Registro Operacional (SRO), o Open Insurance, entre outros.

4. Resultado financeiro e solvência

As receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, no primeiro semestre de 2022 foram de R\$ 72.722 (R\$ 29.217 no mesmo período do ano anterior) representando um expressivo aumento de 148,90%, principalmente pelo aumento da taxa SELIC no período.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648/21. A empresa mantém sólida posição financeira com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 76.475, em 30 de junho de 2022 (R\$ 85.038, em 31 de dezembro de 2021), 120 % de suficiência de capital (123% em 31 de dezembro de 2021).

5. ASG – Ambiental, Social e Governança

Durante o ano de 2022, a contribuição da Companhia retornou à sociedade, R\$ 65.162 (R\$ 51.890 no mesmo período do ano anterior) em verbas salariais aos colaboradores, R\$ 10.482 (R\$ 7.242 no mesmo período do ano anterior) pagos à serviços terceirizados, R\$ 8.880 (R\$ 7.267 no mesmo período de 2020) em tributos indiretos, R\$ 1.985 (R\$ 10.278 no mesmo período de 2021) em tributos diretos.

Em 27 de junho de 2022, foi emitida a Circular SUSEP nº 666, que passou a valer a partir de 01 de agosto de 2022, com prazos diferenciados de adequação que vão de 28 de fevereiro de 2023 a 30 de junho de 2025 para o segmento que a Companhia está inserida. O processo de adequação da Companhia foi iniciado e está em fase de diagnóstico.

A política de recursos humanos tem proporcionado ao Grupo Icatu figurar entre as melhores em seu segmento de mercado, sendo reconhecida por seus funcionários, pela sétima vez consecutiva, como uma das melhores empresas para trabalhar no Brasil, pelo *Ranking Great Place to Work* (GPTW) 2021. Figurou entre as 30 melhores empresas de grande porte, categoria de mil a 9.999 funcionários, subindo 19 posições, comparado ao ranking de 2020. Este reconhecimento é feito após ter sido eleita a segunda melhor empresa para trabalhar, pelo GPTW Rio de Janeiro, e como uma das melhores empresas para trabalhar entre as grandes seguradoras, pelo levantamento do GPTW Instituições Financeiras.

Adicionalmente, foi eleita pela terceira vez consecutiva como a melhor empresa em satisfação do cliente no segmento de seguros de vida, previdência e capitalização, de acordo com o Ranking 2021 do Instituto MESC, especialistas em gestão da satisfação do cliente. O levantamento recebeu mais de 10 milhões de opiniões de clientes e analisou mais de 10 mil empresas, em 117 segmentos de mercado.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais, a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. O Grupo Icatu possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

6. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa à Companhia, relacionados aos exames de suas Demonstrações financeiras intermediárias.

7. Agradecimentos

A Icatu Capitalização S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos seus funcionários, parceiros e corretores pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2022.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

**Aos Administradores e Acionistas da
Icatu Capitalização S.A.
Rio de Janeiro – RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Icatu Capitalização S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Capitalização S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de capitalização

Veja as Notas 3.13 e 14 das demonstrações financeiras intermediárias

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.13 e 14 às demonstrações financeiras intermediárias, a Companhia possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de capitalização: Provisão para Resgates (“PR”) e Provisão para Sorteios a Realizar (“PSR”).</p> <p>A PR é mensurada com base em metodologia que considera a aplicação do percentual de quotas, definidas nas condições gerais dos produtos, sobre os valores arrecadados no período, incluindo a incidência de juros e atualização monetária.</p> <p>A PSR é constituída para cobrir os sorteios não realizados mas que já foram custeados. Portanto, requer julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, estimativas de fluxos da provisão de sorteios a realizar e taxas de juros.</p> <p>Devido à relevância quantitativa das referidas provisões técnicas e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo da PSR poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da PR e da PSR.- conciliação dos registros analíticos suporte da PR e PSR com os respectivos saldos contábeis.- recálculo, com base em amostragem, da PR de acordo com as condições contratuais.- teste, com base em amostragem, da precisão das bases estatísticas utilizadas no cálculo da PSR, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos contratos.- com o auxílio técnico de nossos especialistas na área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência dos dados, a atualização monetária e as taxas de juros, utilizadas na mensuração da PSR, bem como efetuamos o recálculo independente da referida provisão técnica partindo das bases de dados estatísticas. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consideraram as informações relevantes.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

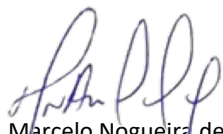
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Balancos patrimoniais

30 de junho de 2022 e de 31 de dezembro 2021

(Em milhares de Reais)

		30/06/2022	31/12/2021
ATIVO			
CIRCULANTE		2.195.298	1.864.651
Disponível		6.558	13.474
Caixa e bancos		5.810	2.969
Equivalente de caixa	Nota 5	748	10.505
Aplicações	Nota 5	2.095.149	1.774.822
Créditos das operações de capitalização		5.332	6.115
Outros créditos operacionais	Nota 6	25.910	23.224
Títulos e créditos a receber		27.507	24.181
Títulos e créditos a receber		1.440	1.754
Créditos tributários e previdenciários	Nota 7	21.944	21.200
Outros créditos		4.123	1.227
Despesas antecipadas		161	183
Custos de aquisição diferidos	Nota 8	34.681	22.652
Capitalização		34.681	22.652
ATIVO NÃO CIRCULANTE		492.607	716.816
Realizável a longo prazo		456.634	677.259
Aplicações	Nota 5	373.865	597.348
Títulos e créditos a receber		82.769	79.282
Créditos tributários e previdenciários	Nota 7	30.280	29.526
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 15	52.489	49.756
Outros valores e bens		-	629
Imobilizado		113	129
Intangível	Nota 9	35.860	39.428
TOTAL DO ATIVO		2.687.905	2.581.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Balancos patrimoniais

30 de junho de 2022 e de 31 de dezembro 2021

(Em milhares de Reais)

		30/06/2022	31/12/2021
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Contas a pagar		47.975	38.562
Obrigações a pagar	Nota 10	22.543	19.129
Impostos e encargos sociais a recolher		5.822	6.344
Encargos trabalhistas		17.747	11.383
Impostos e contribuições		1.825	1.674
Outras contas a pagar		38	32
Débitos de operações com capitalização	Nota 11	13.231	14.345
Depósitos de terceiros	Nota 12	2.992	4.387
Provisões técnicas - capitalização	Nota 13	2.340.160	2.262.209
Provisão para resgates		2.149.108	2.068.433
Provisão para sorteio		159.792	159.220
Provisão para bônus		31.260	34.556
Outros débitos		-	346
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		55.868	56.024
Contas a pagar		50.771	51.620
Obrigações a pagar	Nota 10	9.590	12.318
Outras contas a pagar - obrigações fiscais	Nota 15	41.181	39.302
Outros débitos		5.097	4.404
Provisões judiciais	Nota 15	5.097	4.404
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Nota 16	227.679
Capital social		191.484	191.484
Aumento de capital social em aprovação		10.000	-
Reservas de lucros		11.025	11.025
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.653)	3.085
Lucro acumulado		17.823	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.687.905	2.581.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações dos resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais, exceto o lucro/(prejuízo) líquido por ação)

		30/06/2022	30/06/2021
Arrecadação com títulos de capitalização		903.807	813.988
Variação da provisão para resgate		(726.182)	(669.755)
Receitas líquidas com títulos de capitalização	Nota 20.1	177.625	144.233
Variações das provisões técnicas		1.232	(1.773)
Resultado com sorteio	Nota 20.2	(41.072)	(32.369)
Custo de aquisição	Nota 20.3	(72.728)	(47.565)
Outras receitas e despesas operacionais	Nota 20.4	9.991	14.717
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		75.048	77.243
Despesas administrativas	Nota 20.5	(103.375)	(83.354)
Despesas com tributos	Nota 20.6	(12.468)	(7.638)
Resultado financeiro	Nota 20.7	72.722	29.217
RESULTADO OPERACIONAL		31.927	15.468
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		31.927	15.468
Imposto de renda	Nota 21	995	(7.633)
Contribuição social	Nota 21	(2.980)	(2.645)
Participações sobre o lucro	Nota 21	(12.119)	1.819
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		17.823	7.009
Quantidade de Ações		790.894.586	765.894.586
Lucro líquido do semestre por ação - R\$		0,02	0,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais, exceto o lucro/(prejuízo) líquido)

	30/06/2022	30/06/2021
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	17.823	7.009
Ativos financeiros disponíveis para venda	(5.738)	(1.194)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(9.563)	(1.983)
Imposto sobre o ganho/(perda) originado(a) no semestre	3.825	793
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas e controladas	-	(4)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	12.085	5.815

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros							Total
	Capital Social	Aumento de capital em aprovação	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva Especial para Dividendos	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	166.484	-	17.297	832	-	762	(32.358)	153.017
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(1.956)	-	(1.956)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	7.009	7.009
Saldos em 30 de junho de 2021	166.484	-	17.297	832	-	(1.194)	(25.349)	158.070
Saldos em 31 de dezembro de 2021	191.484	-	551	-	10.474	3.085	-	205.594
Aumento de capital em aprovação	-	10.000	-	-	-	-	-	10.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(5.738)	-	(5.738)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	17.823	17.823
Saldos em 30 de junho de 2022	191.484	10.000	551	-	10.474	(2.653)	17.823	227.679

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

	30/06/2022	30/06/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	17.823	7.009
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	1.971	2.823
Despesas de juros	1	-
Variação das provisões técnicas	809.493	729.729
Variação de impostos sobre o lucro	2737	6.791
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	(106.408)	(108.216)
Créditos das operações de capitalização	783	10.633
Créditos tributários e previdenciários	(744)	(3)
Ativo fiscal diferido	3.070	9.185
Depósitos judiciais e fiscais	(2.733)	105
Outros valores e bens	629	(1.257)
Custos de aquisição diferidos	(12.029)	(13.300)
Outros ativos	(5.902)	(11.201)
Outras contas a pagar	8.413	(5.856)
Débitos de operações de capitalização	(1.114)	(1.369)
Depósitos de terceiros	(1.395)	4.755
Provisões Técnicas de capitalização	(731.541)	(635.770)
Outros débitos - Provisões Judiciais	692	485
Outros passivos	(346)	(1.079)
Caixa Consumido pelas Operações	(16.600)	(6.537)
Impostos sobre o lucro pagos	(2.586)	(6.729)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	(19.186)	(13.266)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:		
Intangível	9.457	-
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	-	(15)
Intangível	(7.187)	(3.414)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades de Investimento	2.270	(3.429)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	10.000	-
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	10.000	-
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(6.916)	(16.695)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	13.474	219.935
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	6.558	203.240

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Icatu Capitalização S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no *Aqwa Corporate* à Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º aos 21º andares, Santo Cristo, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as unidades da federação e que tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras intermediárias são individuais e a Icatu Capitalização S.A. é aqui tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Icatu” ou “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Companhia e suas controladas.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. A Companhia tem como único acionista a Icatu Seguros S.A. (Icatu Seguros) que é controlada em última instância pelo Grupo Icatu representado pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapar Participações Ltda.

1.2. Balcão de vendas do BANESE

Em 27 de junho de 2022, a Companhia vendeu para a sua controladora, a Icatu Seguros S.A., o intangível referente a exclusividade de vendas no balcão do Banco do Estado de Sergipe S.A. – BANESE pelo valor dos livros contábeis de R\$ 9.416 sendo o pagamento realizado na mesma data.

2. Base de preparação e divulgação

As demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, sendo esta última que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21(R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 25 de agosto de 2022.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e Equivalente de Caixa (notas 3.3 e 4.2.1.3)

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (notas 3.4.1 e 5.2).
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (notas 3.4.2 e 5.2).
- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5.4).
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.13 e 14).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações financeiras são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

A receita com títulos de capitalização de pagamento único é registrada integralmente quando da emissão dos respectivos títulos

A receita com títulos de capitalização de pagamento mensal é registrada conforme abaixo:

- Primeira mensalidade quando da respectiva emissão;
- Demais mensalidades quando do efetivo recebimento.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como “Custo de aquisição”, são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito do diferimento quando aplicável.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo ou passivo não circulante, o montante que ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os títulos e valores mobiliários a “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os Pronunciamentos Técnicos nºs 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC, dado que a SUSEP ainda não aprovou a nova versão da norma de Instrumentos Financeiros, o CPC 48. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justo de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Instrumentos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são àqueles mantidos para negociação com mensuração baseada no preço de mercado dos ativos e suas variações são reconhecidas imediatamente no resultado do período.

Os derivativos são classificados no ativo circulante “recebíveis” ou no passivo circulante “contas a pagar”, sendo compostos por opções e contratos futuros.

3.4.2. Disponíveis para a venda

Os instrumentos financeiros “disponíveis para a venda” são contabilizados a valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e reconhecidos no resultado. As oscilações no valor de mercado dos instrumentos financeiros ainda em poder da Companhia, são registradas contabilmente em conta própria do Patrimônio Líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários, e as contrapartidas são refletidas em Resultados Abrangentes. Quando os instrumentos financeiros são realizados ou seus valores recuperáveis apresentam redução, a apropriação é feita diretamente no resultado, em contrapartida a conta específica do Patrimônio Líquido.

Esses instrumentos financeiros, como determina a norma, são categorizados por exclusão, pois não se enquadram na definição das categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “mantidos até o vencimento” ou “empréstimos e recebíveis”.

3.4.3. Mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria possuem pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e são contabilizados pelo custo amortizado deduzido de qualquer perda. São aqueles que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

3.4.4. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros registrados nas rubricas “Crédito das operações”, “Títulos e créditos a receber” e “Outros créditos a receber”, com recebimento fixo ou determináveis e não cotados em mercado ativo. Inicialmente são mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Posteriormente esse valor se torna o custo amortizado e são ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica “Resultado financeiro”. Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.6. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica Ativo de Direito de Uso, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao Passivo de Arrendamento, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada pela Icatu considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um spread de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um rating sintético para a seguradoras, pelas limitações específicas do negócio da companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como *spread* de risco:

- Utilizamos como *rating*, um grau de investimento para a Icatu, para assim, utilizar os *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA.
- Utilizamos o *Capital Rate* do imóvel da matriz como *spread*.
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato.

Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança. Dispêndios com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear, obedecendo o período de vida útil dos bens, e atualmente representam as seguintes taxas médias: instalações, móveis, máquinas e utensílios – 10% ao ano; equipamentos e benfeitorias em imóveis de terceiros – 20% ao ano. O período e o método de depreciação para os ativos imobilizados são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de depreciação, conforme o caso, e são tratadas como “mudanças de estimativas contábeis”.

Ganhos e perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos depreciação) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, em “Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes”, no resultado do período.

3.8. Intangível

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos intangíveis são registrados inicialmente, pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica e são amortizados ao longo da sua vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo.

A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil de cinco anos, à taxa de 20% a.a., para os gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares de uso interno e os contratos de direito de exclusividade para a comercialização de produtos nos canais de parcerias, são amortizados de acordo com a vigência prevista em contrato, que hoje está entre cinco e vinte anos (5% a 20% ao ano). Os gastos subsequentes são capitalizados apenas quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como “mudanças de estimativas contábeis”. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica “Despesas Administrativas”, no resultado.

Ganhos e perdas resultantes da venda de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da negociação e o seu valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos amortização) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, na rubrica “Resultado Patrimonial”, no momento da baixa do ativo.

3.9. Redução ao valor recuperável

3.9.1. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período.

3.9.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

3.10. Benefícios a Empregados

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Através do plano de contribuição variável a Companhia efetua contribuição fixa para uma entidade ligada (Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado). Onde as contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados, no resultado do período.

Adicionalmente, a Companhia adota o programa de participação nos lucros e resultados (PLR), como uma das parcelas de remuneração variável e que está condicionada ao atingimento dos indicadores de negócios e a avaliação do desempenho individual dos funcionários. No programa, associamos duas modalidades de incentivos, sendo: (i) incentivo de Curto Prazo, onde se privilegia entregas diretas e associadas às metas projetadas para o ano e (ii) incentivo de Longo Prazo, que se refere a uma parcela que compõe a estrutura de remuneração dos Executivos, premiando o nível de contribuição individual no crescimento e sustentabilidade do negócio no longo prazo. O programa de longo prazo prevê a remuneração diferida em cinco anos e duração máxima de sete anos. A metodologia utilizada leva em consideração para a remuneração de curto prazo, o Lucro Líquido antes do Imposto (LAIR) e os medidores de eficiência do negócio, estabelecidos para o exercício. A remuneração de longo prazo leva em consideração (i) indexadores de negócios scorecard da Companhia e (ii) variação do patrimônio líquido.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, citando os mais relevantes, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período, à medida que são incorridos.

3.11. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.11.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.12. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Estas Provisões estão contabilizadas na rubrica “Provisões Judiciais” no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial, estão contabilizadas na rubrica “Outras Contas a Pagar”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, o tribunal e a região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.13. Provisões técnicas

Provisão Matemática para Capitalização

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

Provisão para Distribuição de Bônus

A provisão é constituída para a distribuição dos bônus ainda não devidos, quando previstos, considerando a cota de bônus e acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção do plano aprovado.

Provisão para Resgates

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base das Demonstrações, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos, acrescidos mensalmente do índice de correção previsto no plano até a data do efetivo pagamento.

Provisão para Sorteios a Realizar

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, considerando a cota de sorteio prevista no plano, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados.

Provisão de Sorteios a Pagar

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão para Despesas Administrativas

A metodologia de cálculo da provisão para despesa administrativa segue o manual de orientações sobre provisões técnicas da SUSEP e é calculada mensalmente para todos os títulos vigentes. O resultado indica, neste momento, que os carregamentos futuros (líquidos das parcelas de despesas de comercialização) são suficientes para cobrir as despesas administrativas futuras.

Prescrição de Títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. Em regra, os títulos são prescritos em 5 anos. Porém, para casos específicos, a Companhia concedeu a prorrogação do prazo de prescrição por mais 5 anos.

3.14. Estimativas

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: Valor recuperável dos instrumentos financeiros (nota 5) que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários (nota 7), cálculo das provisões técnicas de capitalização (nota 14), valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (nota 15), bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.15. Novas normas contábeis ainda não adotadas

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações:

3.15.1. CPC 48 – Instrumentos financeiros

O pronunciamento visa substituir o CPC 38 –Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o CPC 38 até 1º de janeiro de 2023.

3.16. Dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP)

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios. Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações como uma redução do Patrimônio Líquido.

4. Gestão de risco

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa, que ao fazer uma gestão unificada, consegue obter benefícios como: sinergia, padronização, entre outros.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416 de 20 de julho de 2021, tem como finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. Os desvios desses objetivos são mapeados como riscos e suas principais categorias são riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, estratégico e de subscrição.

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para executar sua função a Companhia nomeia o gestor de riscos como figura central de todo o processo e como o responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da EGR, bem como pela emissão de relatórios para análise dos comitês de gestão de risco, do comitê de auditoria da diretoria e do conselho de administração, através de atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

O gestor de risco organiza as suas atividades em ciclos de gestão de riscos que são constituídos em 4 etapas sendo elas identificação/revisão, tratamento de riscos e monitoramento. Tais mapeamentos e análises são consolidados no perfil de riscos. Como forma de tratar os itens mapeados no perfil de riscos, a Companhia utiliza o sistema de controles internos que é composto pelos processos e unidades operacionais responsáveis por mitigá-los. Para isso tais áreas aplicam e monitoram indicadores financeiros para avaliar a saúde financeira da Companhia e avaliar a eficiência do seu funcionamento.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio da Companhia estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira e segunda linha, conforme melhor explicado abaixo:

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços da Companhia, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.
- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos da companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas da Companhia.
- A terceira linha é composta auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados. Os níveis de classificação podem ser críticos, severos, moderados e reduzidos.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis de são formalizados como apetite a riscos. O apetite global é apurado levando em consideração os capitais regulatórios (CR) e para o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) utilizando-se cenários base e de *stress*, com o objetivo de definir o índice de solvência que é capaz de suportar a combinação de cenários de *stress*. Além do apetite global, são definidos apetites locais por categoria obrigatória de risco.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a EGR descrita acima estão formalizadas na política de gestão de riscos que é anualmente revisada e aprovada pelo conselho de administração.

ICatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por fim, destaca-se que a EGR descrita acima atende a todas as empresas do Grupo, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros.

Quanto à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos por meio da Política de Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. Um dos itens que integram as análises é o rating atribuído por agências externas de classificação de riscos.

A análise da qualidade de crédito é baseada em uma classificação em “investimentos de alto risco” e “investimentos de Baixo Risco”, conforme rating nacional de longo prazo atribuído pelas agências externas de classificação de riscos: Standard and Poor’s, Fitch e Moody’s. Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, ela será considerada, automaticamente, como de alto risco.

4.1.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

Em 30 de junho de 2022, R\$ 1.623.924, correspondentes a 65,75% (R\$ 1.171.217, correspondentes a 49% em 31 de dezembro de 2021) estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 37.454 (R\$ 462.834 em 31 de dezembro de 2021).

O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente, estava assim distribuído na data-base, de acordo com a classificação das agências de *rating*: Standard and Poor's, Fitch e Moody's. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três.

Rating	30/06/2022			31/12/2021	
	CDB	RDB	Total	CDB	Total
AA+	2.008	-	2.008	32.154	32.154
AA	12.079	28.049	40.128	22.111	22.111
AA-	40.383	-	40.383	-	-
A+	10.805	-	10.805	10.208	10.208
Total	65.275	28.049	93.324	64.473	64.473

A redução do volume de aplicações em crédito privado, se deve a estratégia de realizar aplicações nesta categoria de ativos através de fundos de investimentos não exclusivos.

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 715.060 em 30 de junho de 2022 (R\$ 684.151 em 31 de dezembro de 2021). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

4.1.1.2. Risco de mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura da Icatu Seguros.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* - VAR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é realizada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente.

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do VaR (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o VaR e nível de *stress* da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

- (I) O VaR paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do VaR é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro/2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com Lambda variando conforme fator de risco.
- (II) DV01 (*dollar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico;
- A perda com a oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.
- O fator de decaimento Lambda da metodologia EWMA.

Fatores de Risco	30/06/2022				31/12/2021			
	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	(58)	0,95	6.200	200.428	(58)	0,88	7.574	177.881
Taxa Referencial	-	0,95	-	-	(3)	0,90	288	76.315
IPCA	(269)	0,95	12.703	522.947	(537)	0,99	26.718	771.688
Ações	-	0,95	82	665	-	0,96	4	34

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1.1.3. Risco de liquidez

Refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem suas obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação do mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

O monitoramento do risco de liquidez tem como objetivo minimizar o risco da necessidade da venda antecipada de ativos, o que pode vir a exigir um desconto em seu valor, em especial em momentos adversos do mercado, bem como viabilizar a execução de processos de desinvestimentos em que não é possível realizar antecipação, ainda que houvesse desconto do seu valor.

Os controles do risco de liquidez são realizados dentro da estrutura da Icatu Seguros.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	30/06/2022			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	5.810	-	-	5.810
Equivalente de caixa	748	-	-	748
Aplicações	972.584	269.766	1.226.664	2.469.014
Créditos das operações de capitalização	5.332	-	-	5.332
Títulos e créditos a receber	27.507	82.769	-	110.276
Total de ativos	1.011.981	352.535	1.226.664	2.591.180
Contas a Pagar	47.975	50.771	-	98.746
Provisões técnicas – capitalização	1.488.531	461.409	390.220	2.340.160
Débitos de operações com capitalização	13.231	-	-	13.231
Depósitos de terceiros	1.935	1.057	-	2.992
Total de passivos	1.551.672	513.237	390.220	2.455.129

Ativos e passivos	31/12/2021			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	2.969	-	-	2.969
Equivalente de caixa	10.505	-	-	10.505
Aplicações	1.334.415	40.031	997.724	2.372.170
Créditos das operações de capitalização	6.115	-	-	6.115
Títulos e créditos a receber	24.181	86.476	-	110.657
Total de ativos	1.378.185	126.507	997.724	2.502.416
Contas a pagar	38.562	58.814	--	97.376
Provisões técnicas – capitalização	1.452.831	411.612	397.766	2.262.209
Débitos de operações com capitalização	14.345	-	-	14.345
Depósitos de terceiros	1.667	2720	-	4.387
Total de passivos	1.507.405	473.146	397.766	2.378.317

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros (nota 5), em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

4.1.1.4. Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco Legal e *compliance*. A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos da Companhia e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de controles internos. O gestor de risco reporta estes resultados a diretoria e ao conselho de administração, se necessário

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas na Companhia e a identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da Companhia.

Os riscos de *compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de *compliance*, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos. Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

O Grupo Icatu Seguros rapidamente estabeleceu um modelo híbrido de trabalho para os colaboradores, respeitando todos os protocolos de segurança, como distanciamento social, proteção individual, comunicados educativos e assistência médica. Os colaboradores puderam, e ainda podem acessar todos os recursos necessários para a boa execução de seu trabalho de maneira remota, com utilização de boas práticas de Segurança da Informação como acesso à VPN, duplo fator de autenticação, monitoramento de estações de trabalho, atualizações constantes dos dispositivos, gestão de incidentes, entre outros.

ICATU Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação das arrecadações cobradas, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

A área de subscrição de Riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda de novos títulos, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazo. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuariais para realizar a gestão dos riscos envolvidos.

Os riscos podem ser listados em:

- **Risco de sorteio:** Implica na possibilidade de a Companhia pagar prêmios de títulos sorteados nos produtos comercializados com séries abertas;
- **Risco de persistência:** Implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título e;
- **Risco da garantia de rentabilidade:** Implica no cumprimento das obrigações da Companhia em relação a garantia de rentabilidade prevista em contrato;
- **Risco das despesas administrativas:** Implica na possibilidade de a Companhia ter mais despesas do que receitas oriundas das quotas de carregamento.

A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas. A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da análise e acompanhamento da distribuição dos números da sorte com o objetivo de evitar sua concentração.

A arrecadação com títulos de capitalização está distribuída nas regiões geográficas, conforme quadro abaixo:

	30/06/2022		30/06/2021	
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
Centro Oeste	92.338	10%	79.865	10%
Nordeste	76.998	9%	48.913	6%
Norte	95.467	11%	77.524	10%
Sudeste	512.407	56%	492.628	60%
Sul	126.597	14%	115.058	14%
Total	903.807	100%	813.988	100%

4.1.1.6. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo e

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7. Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

5. Aplicações financeiras

5.1. Classificação por categoria e faixa de vencimento

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia contempla os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa: R\$ 748 (R\$ 10.505 em 31 de dezembro de 2021).

Em 30 de junho de 2022, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda é de R\$ 97.808 (R\$ 320.046 em 31 de dezembro de 2021). Dessa forma, as perdas não realizadas, registradas como ajustes de avaliação patrimonial, montam R\$ 4.415 (ganho de R\$ 5.149 em 31 de dezembro de 2021).

Segue demonstração da abertura da carteira:

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2022								
	Taxas Contratadas	Sem Vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:									
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	122.688	1.038.263	84.316	1.245.267	1.245.267	50,42%	51,53%
Operações Compromissadas	SELIC	-	36.706	-	-	36.706	36.706	1,49%	1,52%
Outros Aplicações		58	(341)	(2)	(7)	(292)	(292)	-0,01%	-0,01%
Letras do Tesouro Nacional		-	4.797	-	-	4.797	4.797	0,19%	0,20%
Recibo de Depósito Bancário	CDI+0,22%	-	28.049	-	-	28.049	28.049	1,14%	1,16%
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	-	715.352	-	-	-	715.352	715.352	28,96%	29,60%
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB		-	65.275	-	-	65.275	65.275	2,94%	2,96%
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - CDI	100% do CDI	-	24.891	-	-	24.891	24.891	1,01%	1,03%
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - SELIC	SELIC	-	40.379	-	-	40.379	40.379	1,93%	1,93%
Bloqueio Judicial - CDB		-	5	-	-	5	5	0,00%	0,00%
Total		715.410	257.174	1.038.261	84.309	2.095.154	2.095.154	85,13%	86,96%
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado – Equivalente Caixa:									
Operações Compromissadas		-	748	-	-	748	748	0,03%	0,03%
Total		-	748	-	-	748	748	0,03%	0,03%
II. Títulos Disponíveis para Venda:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos		-	-	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional – PRÉ	7,16%	-	-	23.903	-	23.903	23.903	0,97%	0,99%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	-	69.490	-	69.490	69.490	2,81%	2,88%
Total		-	-	93.393	-	93.393	93.393	3,78%	3,87%
III. Mantido Até o Vencimento:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos		-	-	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	IPCA+4,49%	-	-	-	183.163	183.163	147.982	7,42%	6,12%
Notas do Tesouro Nacional – PRÉ	6,65%	-	-	97.304	-	97.304	79.358	3,94%	3,28%
Total		-	-	97.304	183.163	280.467	227.340	11,36%	9,40%
Total das Aplicações Financeiras		715.410	257.922	1.228.958	267.472	2.469.762	2.416.635	100%	100%

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021								
	Taxas Contratadas	Sem Vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:									
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	IPCA+2,38%	-	5.192	-	-	5.192	5.192	0,22%	0,22%
Notas do Tesouro Nacional – PRÉ	6,57%	-	-	28.188	-	28.188	28.188	1,18%	1,20%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	128.270	386.471	25.753	540.494	540.494	22,68%	23,03%
Operações Compromissadas	SELIC	-	452.329	-	-	452.329	452.329	18,98%	19,27%
Outros		55	12.403	-	-	12.458	12.458	0,52%	0,53%
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos		671.693	-	-	-	671.693	671.693	28,19%	28,62%
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB									
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - CDI	100% do CDI	-	24.119	-	-	24.119	24.119	1,01%	1,03%
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - SELIC	SELIC	-	40.351	-	-	40.351	40.351	1,69%	1,72%
Bloqueio Judicial – CDB	SELIC	-	5	-	-	5	5	0,00%	0,00%
Total		671.748	662.667	414.659	25.753	1.774.827	1.774.827	74,49%	75,61%
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado – Equivalente de Caixa:									
Operações Compromissadas		-	10.505	-	-	10.505	10.505	0,44%	0,45%
Total		-	10.505	-	-	10.505	10.505	0,44%	0,45%
II. Títulos Disponíveis para Venda:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	IPCA+5,68%	-	-	-	233.954	233.954	233.954	9,82%	9,97%
Notas do Tesouro Nacional – PRÉ	7,16%	-	-	-	25.595	25.595	25.595	1,07%	1,09%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	-	26.975	38.671	65.646	65.646	2,76%	2,80%
Total		-	-	26.975	298.220	325.195	325.195	13,65%	13,85%
III. Mantido Até o Vencimento:									
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos									
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	IPCA+4,49%	-	-	-	173.830	173.830	151.746	7,30%	6,46%
Notas do Tesouro Nacional – PRÉ	6,65%	-	-	-	98.318	98.318	84.974	4,13%	3,62%
Total		-	-	-	272.148	272.148	236.720	11,42%	10,09%
Total das Aplicações Financeiras		671.748	673.172	441.634	596.121	2.382.675	2.347.247	100%	100%

ICATU Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.2. Movimentação dos instrumentos financeiros por categorias

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo final em 01 de janeiro de 2021	1.349.672	39.338	816.724	2.205.734
(+) Aplicações	2.407.021	389.608	17.667	2.814.296
(-) Resgates	(2.035.573)	(118.045)	(673.862)	(2.827.480)
(+) Rendimentos	64.212	10.421	111.619	186.252
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	3.873	-	3.873
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	1.785.332	325.195	272.148	2.382.675
(+) Aplicações	758.252	-	-	758.252
(-) Resgates	(554.796)	(238.153)	(8.161)	(801.110)
(+) Rendimentos	107.114	15.915	16.480	139.509
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(9.564)	-	(9.564)
Saldo final em 30 de junho de 2022	2.095.902	93.393	280.467	2.469.762

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	30/06/2022		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	1.287.518	808.384	2.095.902
Letras Financeiras do Tesouro	1.245.267	-	1.245.267
Letras do Tesouro Nacional	4.797	-	4.797
Operações Compromissadas	37.454	-	37.454
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo – CDB	-	65.275	65.275
Recibo de Depósito Bancário	-	28.049	28.049
Fundos de Investimento Não Exclusivos	-	715.352	715.352
Contratos Futuros	-	3	3
Outras Aplicações	-	(295)	(295)
II. Títulos disponíveis para venda:	93.393	-	93.393
Letras Financeiras do Tesouro	69.490	-	69.490
Notas do Tesouro Nacional	23.903	-	23.903
III. Mantido até o vencimento:	280.467	-	280.467
Notas do Tesouro Nacional	280.467	-	280.467
Total (I + II + III)	1.661.378	808.384	2.469.762

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	1.036.708	748.624	1.785.332
Notas do Tesouro Nacional	33.380	-	33.380
Letras Financeiras do Tesouro	540.494	-	540.494
Operações Compromissadas	462.834	-	462.834
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo – CDB	-	64.473	64.473
Fundos de Investimento Não Exclusivos	-	671.693	671.693
SWAP	-	12.851	12.851
Outras Aplicações	-	(393)	(393)
II. Títulos disponíveis para venda:	275.547	49.648	325.195
Letras Financeiras do Tesouro	65.646	-	65.646
Notas do Tesouro Nacional	209.901	49.648	259.549
III. Mantido até o vencimento:	272.148	-	272.148
Notas do Tesouro Nacional	272.148	-	272.148
Total (I + II + III)	1.584.403	798.272	2.382.675

5.4. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas não refletem no resultado da Companhia, uma vez que o impacto é de igual valor nas provisões técnicas da Companhia.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e swap contratados em mercado de balcão organizado:

30/06/2022

Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional)
					Total
DI1	Vendido	01/07/2022	CDI	48	4.797
DI1	Comprado	03/10/2022	CDI	85	8.222
DI1	Vendido	02/01/2023	CDI	166	15.545
DI1	Comprado	03/04/2023	CDI	90	8.157
DI1	Vendido	03/07/2023	CDI	11	967
DI1	Comprado	02/01/2024	CDI	8	663
DI1	Comprado	01/07/2024	CDI	26	2.038
DI1	Vendido	02/01/2025	CDI	58	4.298
DI1	Comprado	01/07/2025	CDI	9	631
DI1	Vendido	02/01/2026	CDI	5	330
DI1	Comprado	04/01/2027	CDI	22	1.287
DI1	Vendido	02/01/2029	CDI	4	183

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

31/12/2021						Exposição (notional) Total
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade		
DI1	Vendido	03/07/2023	CDI	7		595
DI1	Comprado	01/07/2024	CDI	64		4.962
DI1	Vendido	02/01/2025	CDI	31		2.291
DI1	Vendido	01/07/2022	CDI	62		5.878
DI1	Comprado	02/01/2023	CDI	3		268
DI1	Comprado	04/01/2027	CDI	1		60
DI1	Vendido	02/01/2024	CDI	25		2.032

Swap

Data de Aquisição	Vencimento	Indexador Passivo	Indexador Ativo	Valor Inicial em R\$ mil	Valor Ativo em R\$ mil	Valor Passivo em R\$ mil	Apropriação Acumulada em R\$ mil
31/mai/17	jun/22	CDI	TR	50.000	76.315	63.464	12.851

6. Outros créditos operacionais

Registra os pagamentos das obrigações operacionais, ainda não reportados pelas instituições financeiras no valor de R\$ 25.910 em 30 de junho de 2022 (R\$ 23.224 em 31 de dezembro de 2021). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

7. Créditos tributários e previdenciários

7.1. Impostos a recuperar

Os tributos a Recuperar, registrados no ativo circulante, são compostos por tributos passíveis de restituição e/ou compensação para pagamentos de curto prazo, como a seguir:

Ativo circulante	30/06/2022	31/12/2021
Imposto de Renda	9.978	9.233
Contribuição Social	10.297	10.298
COFINS	1.373	1373
PIS	245	245
Outros	51	51
Total de Créditos Fiscais	21.944	21.200

7.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários:

Ativo - Não Circulante	01/01/2021	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2021	Constituição	Realização/ Reversão	30/06/2022
------------------------	------------	--------------	-------------------------	------------	--------------	-------------------------	------------

ICatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Imposto de Renda Diferido	33.022	44.126	(52.485)	24.663	20.982	(18.883)	26.762
Ativo - Diferenças Temporárias	16.716	21.980	(22.722)	15.974	9.545	(8.582)	16.937
Passivo - Ajuste de TVM	(319)	10.006	(9.687)	-	5.313	(4.210)	1.103
Prejuízos Fiscais	16.625	12.140	(20.076)	8.689	6.124	(6.091)	8.722
Contribuição Social Diferida	14.278	33.779	(36.000)	12.057	10.841	(10.668)	12.230
Ativo - Diferenças Temporárias	10.030	13.187	(13.633)	9.584	5.727	(5.149)	10.162
Passivo - Ajuste de TVM	(192)	6.004	(5.812)	-	3.188	(2.526)	662
Base Negativa	4.440	14.588	(16.555)	2.473	1.926	(2.993)	1.406
Total	47.300	77.905	(88.485)	36.720	31.823	(29.551)	38.992

Passivo - Não Circulante	01/01/2021	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2021	Constituição	Realização/ Reversão	30/06/2022
Imposto de Renda Diferido	-	6.800	(378)	6.422	43.678	(41.388)	8.712
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	-	1.665	(378)	1.287	-	(1.287)	-
IR Debêntures Incentivadas	-	5.135	-	5.135	43.678	(40.101)	8.712
Contribuição Social Diferida	-	999	(227)	772	-	(772)	-
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	-	999	(227)	(772)	-	(772)	-
Total de Débitos Fiscais Diferidos	-	7.799	(605)	7.194	43.678	(42.160)	8.712
Total de Créditos e Débitos Diferidos	47.300	70.106	(87.880)	29.526	(11.855)	12.609	30.280

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, provisões de PIS e COFINS diferidos, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Em 28 de abril de 2022 foi publicada a MP nº 1.115, que altera a Lei nº 7.689/1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 15% para 16% a partir de 1º de Agosto 2022 até 31 de dezembro de 2022. A Companhia avaliou e não identificou expectativa de baixa das provisões não dedutíveis até 31/12/2022 para sustentar a constituição do crédito tributário diferido.

Conforme Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando que a projeção de resultados aponta para a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa contabilizados em 30 de junho de 2022 e de 31 de dezembro de 2021.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diferenças Temporárias - 2022 a 2031		
2022	6.764	24,96%
2023	3.225	11,90%
2024	3.309	12,21%
2025	3.300	12,18%
2026	3.179	11,73%
2027	2.905	10,72%
2028 a 2031	4.417	16,30%
Total	27.099	100,00%

Prejuízo Fiscal e Base Negativa			
Não Circulante	Saldo em 30/06/2022	Constituição/ Reversão	Saldo em 31/12/2021
Prejuízo Fiscal	8.689	33	8.722
Base Negativa	2.473	(1.067)	1.406
Total	11.162	(1.034)	10.128

Prejuízo Fiscal e Base Negativa - 2022 a 2024		
2022	6.867	67,80%
2023	2.390	23,60%
2024	871	8,60%
Total	10.128	100,00%

A seguir, as composições das diferenças temporárias:

Imposto de Renda/Contribuição Social	30/06/2022	31/12/2021
Provisão de títulos a pagar – Prescrição	949	1.395
Contingências Trabalhistas	799	784
Contingências Cíveis	3.233	2.640
Contingências Fiscais	1.065	982
INSS s/aviso prévio – exigibilidade suspensa	492	492
Redução a valor recuperável	1.397	1.397
Outras Provisões	13.093	7.168
Fundo de Marketing	324	803
Atualização Depósito Judicial	(16.249)	(14.347)
Participação nos Lucros e Resultados	21.462	23.280
COFINS Exigibilidade Suspensa	35.343	33.728
PIS Exigibilidade Suspensa	5.838	5.574
Total das Provisões temporárias	67.746	63.896
Alíquota aplicada – IRPJ – 25%	16.937	15.974
Alíquota aplicada – CSLL – 15%	10.162	9.584
Total	27.099	25.558

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Diferimento de aquisição dos custos – DAC

	31/12/2021	Constituições	Amortizações	30/06/2022
Custo de Aquisição Diferido	22.652	24.330	(12.301)	34.681
Total	22.652	24.330	(12.301)	34.681

9. Intangível

	Taxa anual de amortização	01/01/2022	Adições	Baixas	Amortização	30/06/2022
Desenvolvidos Internamente		19.403	7.164	-	(194)	26.373
Marcas e patentes	0%	111	-	-	-	111
Sistemas de computação	20%	19.292	7.164	-	(194)	26.262
Adquiridos de Terceiros		20.025	22	(9.456)	(1.104)	9.487
Sistemas aplicados	20%	2.121	22	(40)	(300)	1.803
Balcão de Vendas (a) (b)	-	9.719	-	(9.416)	(303)	-
Resultado na Transferência de Carteira (c)		8.185	-	-	(501)	7.684
Total		39.428	7.186	(9.456)	(1.298)	35.860

	Taxa anual de amortização	01/01/2021	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2021
Desenvolvidos Internamente		11.074	10.809	(1.875)	(605)	19.403
Marcas e patentes	0%	111	-	-	-	111
Sistemas de computação	20%	10.963	10.809	(1.875)	(605)	19.292
Adquiridos de Terceiros		23.755	3	-	(3.733)	20.025
Sistemas aplicados	20%	3.041	3	-	(923)	2.121
Balcão de Vendas (a)	-	11.527	-	-	(1.808)	9.719
Resultado na Transferência de Carteira (c)		9.187	-	-	(1.002)	8.185
Total		34.829	10.812	(1.875)	(4.338)	39.428

- (a) Balcão de Venda registra o valor pago pela compra do direito de comercialização em caráter de exclusividade, de produtos de capitalização nos canais de distribuição de Parceiras. Amortizado de acordo com o prazo de vigência do contrato que é de 5 anos com o Banestes;
- (b) Venda do balcão do Banese para a sua controladora Icatu Seguros S.A. em 27 de junho de 2022; e
- (c) O ágio resultando da aquisição da carteira da Sulacap no valor de 10 MM será amortizado de acordo com o prazo médio restante de vigência dos títulos transferidos.

10. Obrigações a pagar

Passivo circulante	30/06/2022	31/12/2021
Fornecedores a pagar	3.795	67
Participações nos lucros a pagar	10.272	9.362
Obrigações transitórias - Resgates e sorteios	4.729	596
Rateio de despesas administrativas a pagar	243	5.233

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outras Obrigações	3.504	3.871
Total do circulante	22.543	19.129

Passivo não circulante	30/06/2022	31/12/2021
Participações nos lucros a pagar	9.590	12.318
Total do não circulante	9.590	12.318
Total	32.133	31.447

11. Débito das operações de capitalização

Os débitos das operações de capitalização estão classificados no passivo circulante e são compostos pelos valores a pagar de comissões e débitos relacionados a comercialização de produtos de capitalização.

	30/06/2022	31/12/2021
Excedente financeiro	3.312	7.660
Comissões e Pró-labore a pagar	5.380	4.706
Outros débitos	4.539	1.979
Total	13.231	14.345

12. Depósitos de terceiros

	30/06/2022	31/12/2021
1 até 30 dias	734	160
31 até 60 dias	35	111
61 até 120 dias	458	202
121 até 180 dias	250	255
181 até 365 dias	458	939
mais de 365 dias	1.057	2.720
Total	2.992	4.387

13. Provisões técnicas – capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 01/01/2022	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 30/06/2022
Provisão Matemática para Capitalização	1.786.201	741.580	(734.398)	63.213	1.856.596
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	142.517	304.616	(293.694)	773	154.212
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	139.715	420.087	(422.217)	715	138.300
Provisão para Resgates	2.068.433	1.466.283	(1.450.309)	64.701	2.149.108
Provisão para Sorteios a Realizar	11.982	41.390	(42.514)	49	10.907
Provisão de Sorteios a Pagar	147.238	42.314	(41.421)	754	148.885
Provisão para Sorteios	159.220	83.704	(83.935)	803	159.792
Provisão para Distribuição de Bônus	34.556	1.956	(5.962)	710	31.260
Outras Provisões	34.556	1.956	(5.962)	710	31.260
Total	2.262.209	1.551.943	(1.540.206)	66.214	2.340.160

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldos em 01/01/2021	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2021
Provisão Matemática para Capitalização	1.643.914	1.417.718	(1.377.995)	102.564	1.786.201
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	149.462	518.971	(525.998)	82	142.517
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	145.374	828.794	(834.526)	73	139.715
Provisão para Resgates	1.938.750	2.765.483	(2.738.519)	102.719	2.068.433
Provisão para Sorteios a Realizar	14.857	74.633	(77.685)	177	11.982
Provisão de Sorteios a Pagar	141.555	74.803	(69.287)	167	147.238
Provisão para Sorteios	156.412	149.436	(146.972)	344	159.220
Provisão para Distribuição de Bônus	37.253	8.300	(12.445)	1.448	34.556
Provisão para Despesas Administrativas	5.189	1.367	(6.556)	-	-
Outras Provisões	42.442	9.667	(19.001)	1.448	34.556
Total	2.137.604	2.924.586	(2.904.492)	104.511	2.262.209

13.1. Análise de sensibilidade – capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: riscos de subscrição e taxa de juros que não impactariam significativamente o resultado e o patrimônio líquido.

As premissas consideradas no teste foram:

- I) Para os riscos de subscrição, um teste de aumento e redução dos valores sorteados em 12%, definido com base na experiência dos últimos 5 anos de observação.
- II) Para a taxa de juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (Estrutura a Termo das Taxas de Juros – ETTJ).

Coberturas de Risco:		Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido	
		30/06/2022	31/12/2021
Variável	Premissas		
Resultado Sorteio	Aumento de 12% nos valores sorteados	(9.970)	(9.712)
Resultado Sorteio	Redução de 12% nos valores sorteados	9.970	9.712

14. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	30/06/2022	31/12/2021
Provisões Técnicas - Capitalização:	2.340.160	2.262.209
Total a ser coberto	2.340.160	2.262.209
Ativos Vinculados à Cobertura de Reservas		
Quotas de Fundos de Investimento – Exclusivos	1.607.211	1.600.576
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	715.352	671.693
Recibo de Depósito Bancário	28.049	-
Certificados de Depósito Bancário a prazo – CDB	65.275	64.473
Total dos Ativos Vinculados	2.415.887	2.336.742
Equivalente de Caixa	748	10.505
Total de Aplicações	2.416.635	2.347.247
Excesso de Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva	76.475	85.038

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os títulos mantidos até o vencimento são apresentados pelo valor de mercado, sendo R\$ 53.127 (R\$ 35.428 em 31 de dezembro de 2021) menor que o valor contábil (nota 5.1).

15. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

15.1. Provisões judiciais

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas demandas cíveis, trabalhista e pelas discussões em que se questiona PIS e COFINS.

As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

Causas Cíveis						
Probabilidade de Perda	30/06/2022			31/12/2021		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	89	3.233	3.233	84	2.639	2.639
Possível	128	6.372	-	127	5.889	-
Remota	6	62	-	6	89	-
Total	223	9.667	3.233	217	8.617	2.639

Causas Trabalhistas						
Probabilidade de Perda	30/06/2022			31/12/2021		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	8	799	799	8	784	783
Possível	8	1.536	-	11	1.783	-
Total	16	2.335	799	19	2.567	783

Causas Fiscais						
Probabilidade de Perda	30/06/2022			31/12/2021		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	7	1.065	1.065	7	982	982
Possível	34	66.774	-	33	62.107	-
Total	41	67.839	1.065	40	63.089	982

A seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais:

	Saldo em 01/01/2021	Adições	Atualização Monetária	Baixas	Saldo em 31/12/2021	Adições	Atualização Monetária	Baixas	Saldo em 30/06/2022
Cíveis	2.086	969	848	(1.264)	2.639	559	384	(349)	3.233
Trabalhistas	863	-	650	(730)	783	-	101	(85)	799
Fiscais	300	6.693	(5.911)	(100)	982	-	83	-	1.065
Total	3.249	7.662	(4.413)	(2.094)	4.404	559	568	(434)	5.097

15.2. Outras contas a pagar - obrigações fiscais

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No grupo Outras Contas a Pagar são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição abaixo:

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / Baixas	Saldo em 30/06/2022
COFINS	33.728	437	1.178	-	35.343
PIS	5.574	71	193	-	5.838
Total - Obrigações Fiscais	39.302	508	1.371	-	41.181

	Saldo em 01/01/2021	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / Baixas	Saldo em 31/12/2021
Contribuição Social	30.451	-	394	(30.845)	-
COFINS	30.882	2.015	831	-	33.728
PIS	6.476	327	147	(1.376)	5.574
Total - Obrigações Fiscais	67.809	2.342	1.372	(32.221)	39.302

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Majoração de Alíquota (a)	6.394	5.743	39.660	35.343	46.054	41.086
Alargamento da Base (b)	99	95	-	-	99	95
Saldo total 30/06/2022	6.493	5.838	39.660	35.343	46.153	41.181

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Majoração de Alíquota (a)	6.895	5.481	36.697	33.728	43.592	39.209
Alargamento da Base (b)	97	93	-	-	97	93
Saldo total 31/12/2021	6.992	5.574	36.697	33.728	43.689	39.302

- (a) PIS/COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014;
- (b) PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de jul/97 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997 e PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.3. Depósitos judiciais e fiscais

Estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue. Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	30/06/2022	31/12/2021
Cíveis	331	317
Trabalhistas	280	284
Fiscais	51.878	49.155
Total Depósitos Judiciais	52.489	49.756

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	49.155	80.264
Adições	834	2.181
Baixas	-	(35.135)
Atualização Monetária	1.889	1.845
Saldo Final	51.878	49.155

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social – Aumento de capital junho de 2022

Em 30 de junho de 2022, o capital subscrito e integralizado de R\$ 191.484 (R\$ 191.484 em 31 de dezembro de 2021) é representado por 790.894.586 ações ordinárias (765.894.586 em 31 de dezembro de 2021).

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2022 foi deliberado um aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 10.000 com emissão de 10.000 novas ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O referido aumento de capital ainda está à espera de homologação na SUSEP.

16.2. Reservas de lucros

Em 30 de junho de 2022, as reservas de lucros de R\$ 11.025 (R\$ 11.025 em 31 de dezembro de 2021).

16.3. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

16.4. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram - se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 30 de junho de 2022 era de uma perda de R\$ 2.653 (Ganho de R\$ 3.085 em 31 de dezembro de 2021), líquidos dos tributos.

16.5. Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	30/06/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido	227.679	205.594
Ajustes contábeis	(96.368)	(81.990)
Despesas Antecipadas	(161)	(183)
Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(10.127)	(11.163)
Créditos Tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(15.539)	(8.564)
Ativo Intangíveis	(35.860)	(39.428)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(34.681)	(22.652)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	(24.849)	35.755
Ativos financeiros na categoria mantidos até o vencimento	(31.513)	(19.431)
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. capitalização (+)	6.664	55.186
Subtotal PLA - nível	106.462	159.359
PLA Nível I	86.470	87.179
PLA Nível II	6.664	55.186
PLA Nível III	13.328	16.994
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	-	(15.533)
Limitador 15% CMR - PLA nível III	-	-
Limitador 50% CMR - PLA nível II e III	-	(15.533)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	106.462	143.826
Capital Base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de Risco de Crédito	58.594	61.604
Capital de Risco de Subscrição	11.848	10.776
Capital de Risco - Mercado	32.277	62.171
Capital de Risco - Redução por correlação	(22.429)	(31.158)
Capital de Risco - Operacional	8.556	9.900
Capital de Risco (CR) (b)	88.846	113.294
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	88.846	113.294
Patrimônio líquido ajustado	106.462	143.826
Suficiência de capital - R\$	17.616	30.532
Suficiência de capital (% da EC)	120%	127%

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com sua controladora, empresas ligadas e profissionais-chave da Administração.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (a) (b)	-	-	(11.233)	(19.125)	11.347	8.775	(9.890)	(3.908)
Icatu Assessoria Ltda. (Ligada) (b)	-	-	-	-	-	5.420	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda. (Ligada) (b)	-	-	-	-	-	292	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (b) (d)	-	-	(90)	(53)	-	162	(337)	(323)
Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (Coligada) (c)	-	-	-	-	-	2	(1.623)	(1.260)
Vanguardacap Capitalização S.A. (Ligada) (b)	-	-	-	-	-	-	(2)	-
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Ligada) (b)	-	-	-	-	-	-	(3)	(2)
Itumbiara Participações Ltda. (Ligada) (b)	-	-	(2)	(28)	-	-	(122)	(38)
Icatu Consultoria Investimento Ltda (b)	-	-	-	-	-	-	(11)	-
XS4 Capitalização (Ligada) (e)	1.398	1.696	-	-	-	-	-	-
Total	1.398	1.696	(11.325)	(19.206)	11.347	14.651	(11.988)	(5.531)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

- Venda de títulos de capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer aos clientes da Icatu Seguros uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao segurado pela Icatu Seguros. O registro contábil, em contas de resultado, tem seu efeito líquido registrado no grupo de operações de capitalização.
- Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do grupo Icatu Seguros e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;
- Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela empresa, destinado a proporcionar complementação previdenciária aos seus funcionários;
- Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda;
- Valores referentes ao contas a receber da XS4 Capitalização.

18. Carregamento

Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

Produto	Processo	30/06/2022		
		% de Carregamento	Taxa de Juros	Índice de Correção
PU577IG	15414.901276/2018-50	5,79%	0,5% a.m.	TR
PM540T	15414.901667/2019-55	17,42%	0,5% a.m.	TR
PM564T	15414.901693/2019-83	10,38%	0,5% a.m.	TR
PM526T	15414.901665/2019-66	8,06%	0,5% a.m.	TR
PU579IG	15414.900829/2019-38	7,17%	0,5% a.m.	TR

19. Comercialização

O índice de comercialização está representado por modalidade de pagamento, da seguinte forma:

Índice de Comercialização	% Comercialização	
	30/06/2022	30/06/2021
Títulos de pagamentos únicos (PU)	2,93%	0,62%
Títulos de pagamentos mensais (PM)	14,14%	13,55%
Total	8,05%	5,84%

ICATU Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Detalhamento de contas da demonstração do resultado

20.1. Receitas líquidas com títulos de capitalização

	30/06/2022	30/06/2021
Título de capitalização emitido	921.127	836.527
Devolução/cancelamento com título de capitalização	(17.320)	(22.539)
Reversão da provisão para resgate	15.216	20.097
Constituição da provisão para resgate	(741.398)	(689.852)
Total	177.625	144.233

20.2. Resultado com sorteios

	30/06/2022	30/06/2021
Reversão da provisão para sorteio	42.514	35.257
Constituição da provisão para sorteio	(41.390)	(33.604)
Despesas com títulos sorteados	(42.196)	(34.022)
Total	(41.072)	(32.369)

20.3. Custo de aquisição - capitalização

	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de corretagem	(58.177)	(44.358)
Despesas de remuneração performance mensal	(3.534)	(2.597)
Despesas de custeamento de vendas	(156)	(223)
Variação despesa de comercialização diferida	(10.861)	(387)
Total	(72.728)	(47.565)

20.4. Outras receitas e despesas operacionais - capitalização

	30/06/2022	30/06/2021
Receita com resgate de título	5.317	4.956
Receita com prescrição de título	17.437	19.988
Despesas com provisões	(486)	(351)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(12.277)	(9.876)
Total	9.991	14.717

20.5. Despesas administrativas

	30/06/2022	30/06/2021
Pessoal próprio	(65.162)	(51.890)
Serviços de terceiros	(10.482)	(7.242)
Localização e funcionamento	(16.665)	(14.273)
Publicidade e propaganda	(1.033)	455
Outras despesas administrativas	(10.033)	(10.403)
Total	(103.375)	(83.354)

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.6. Despesas com tributos

	30/06/2022	30/06/2021
Impostos	(3.588)	(371)
COFINS	(6.798)	(5.563)
PIS	(1.105)	(904)
Taxa de fiscalização	(763)	(639)
Outras despesas com tributos	(214)	(161)
Total	(12.468)	(7.638)

20.7. Resultado financeiro

	30/06/2022	30/06/2021
Categoria - disponível para venda	15.915	4.310
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	15.915	4.310
Categoria - mantido até o vencimento	16.480	52.341
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	16.480	52.341
Categoria - valor justo por meio do resultado	107.205	26.026
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	107.205	26.026
Outras receitas financeiras	1.911	179
Total – receitas financeiras	141.511	82.856
Categoria - valor justo por meio do resultado	(93)	(1.561)
Títulos de renda fixa	(3)	-
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	(90)	(1.561)
Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização	(66.214)	(50.776)
Outras despesas financeiras	(2.482)	(1.302)
Total – despesas financeiras	(68.789)	(53.639)
Total	72.722	29.217

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2022		30/06/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações	31.927	31.927	23.342	23.342
Participações nos Lucros e Resultados	(12.119)	(12.119)	(5.748)	(5.748)
Resultado antes dos Impostos	19.808	19.808	17.594	17.594
ADIÇÕES	31.922	31.922	17.212	16.277
Adição Permanente	59	59	36	36
<i>Doações e Patrocínios Indedutíveis</i>				
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	5.589	5.589	4.226	4.226
Outras Provisões	10.629	10.629	6.704	5.769
Participações nos Lucros e Resultados	13.766	13.766	5.748	5.748
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	1.879	1.879	-	-
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	-	-	498	498
EXCLUSÕES	(51.862)	(28.013)	(44.497)	(31.024)
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(4.897)	(4.897)	(3.715)	(3.715)
Outras Provisões	(29.478)	(5.629)	(19.755)	(6.282)
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	(1.902)	(1.902)	(40)	(40)
Participações nos Lucros e Resultados	(15.585)	(15.585)	(20.987)	(20.987)
Resultado Ajustado	(132)	23.717	(9.691)	2.847
Compensação Prejuízo Fiscal / Base Negativa	-	(7.115)	-	-
Lucro após as Compensações	(132)	16.602	(114.708)	(112.297)
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	-	(2.490)	-	(299)
Reversão da Provisão de Créditos Tributários	995	(490)	(7.633)	(2.346)
Despesas com IRPJ/CSLL	995	(2.980)	(7.633)	(2.645)
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	5%	-15%	-43%	-15%

Com a aprovação da MP nº 1.115, a alíquota da CSLL passará de 15% para 16% a partir de 1º de agosto de 2022.

22. Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/21, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 30 de junho de 2022 da Icatu Seguros.

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho de administração

Presidente

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

Conselheiros

Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga
Luciano Soares

Diretoria

Diretor Presidente

Luciano Snel Corrêa

Diretores

Alexandre Petrone Vilardi
César Luiz Salazar Saut
Marcio de Moraes Palmeira

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira
CRC RJ 076.168/O-7

Atuária

Lígia de Abreu Sodré Pires
MIBA nº 1394